

Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil

Ricardo Eduardo de Freitas Maia

Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, Campus de Abaeteuba
e-mail: ricardomaia@ufpa.br

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Campus Universitário do Guamá
e-mail: gguerra@ufpa.br

Miquéias Freitas Calvi

Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Altamira
e-mail: mcalvi@ufpa.br

Resumo

Neste trabalho são discutidos elementos do drama vivido em relação ao processo de desterritorialização e da resistência por parte das famílias camponesas das vilas da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo na Volta Grande do Xingu em função da construção da hidrelétrica de Belo Monte e o projeto de Mineração Volta Grande do Xingu. Além do trabalho de observação direta e diálogos frequentes com os moradores foram feitas entrevistas, das quais 11 gravadas, no período compreendido entre os meses de maio e julho de 2012. Foi possível constatar um processo de desterritorialização de consequências drásticas em que as empresas naturalizam as consequências na vida das pessoas sob o argumento de que o objetivo final é o bem comum. Essa manifestação é enfatizada na medida em que o Estado avaliza a reprodução do discurso de que as populações locais são entraves ao desenvolvimento e são justificadas as ações que se sobrepõem aos modos de vida ainda que ampliem os problemas sociais.

Palavras-chave: Hidrelétrica; conflito; mineração; rio Xingu; Amazônia.

Dilemmas of the deterritorialization process of families affected by large projects in the Volta Grande do Xingu, Pará, Brazil

Abstract

This paper discusses elements of the drama experienced in relation to the process of deterritorialization and resistance by the peasant families of the villages of Ressaca, Ilha Fazenda and Garimpo do Galo in the Volta Grande of Xingu due to the construction of the Belo Monte hydroelectric and Volta Grande of Xingu Mining project. Besides the work of direct observation and frequent dialogues with the local residents, interviews were conducted, of which 11 were recorded, in the period between May and July, 2012. It was possible to observe a process of deterritorialization of drastic consequences in which corporations naturalize the consequences in the lives of the people under the argument that the ultimate goal is the common good. This manifestation is emphasized insofar as the State supports the reproduction of the discourse that local populations are barriers to the development and justify the actions that overlap the local way of life, even though they amplify social problems.

Keywords: Hydroelectric; conflict; mining; Xingu river; Amazon.

Dilemmes du processus de déterritorialisation de familles atteintes par des grands projets dans la Volta Grande du Fleuve Xingu, Pará, Brésil

Resumé

Cet article met en discussion des éléments du drame vécu par des familles paysannes en vue de déterritorialisation et leur résistance dans les villages Ressaca, Ilha da Fazenda et Garimpo do Galo dans la Grand Tour du Fleuve Xingu, à cause de la construction de l'Usine Hydroélectrique de Belo Monte et le Projet d'exploitation minière Volta Grande de Xingu. En plus que l'observation sur le terrain et des dialogues fréquents avec les riverains, ont été faites des interviews, dont 11 enregistrés, dans la période comprise entre les mois de mai et juillet 2012. Il a été possible démontrer un processus de déplacement avec des conséquences profondes, mais les entreprises minimisent les effets dans la vie des personnes sous l'argument qu'il faut compter sur l'objectif final qui serait le bénéfice pour tous. Cette manifestation prend relief à la mesure que l'État est l'avaliste de la reproduction du discours qui dit que les populations locales sont des obstacles pour le développement et qui les actions mises en place ont des justificatives qui se superposent aux modes de vie natifs, même en considérant l'ampleur des problèmes sociaux.

Mot clés: Usine hydroélectrique; conflit; exploitation minière; fleuve Xingu; Amazonie.

Introdução

No Brasil, a produção de energia elétrica é representada pelo uso daquela gerada pelos recursos hídricos, ou seja, do total de 135.154.899 kW de potência instalada 62,55% são oriundos de Usinas Hidroelétricas (ANEEL, 2015). A decisão política e técnica para basear o setor elétrico neste formato de produção foi intensificada durante os governos militares. De acordo com Benincá (2011), influenciados pela crise do petróleo e aumento do consumo de energia com a implantação da indústria alavancaram o aumento da disponibilidade de energia no país, seja com a substituição da gasolina pelo álcool e, no caso da geração de energia, pela construção de grandes centrais baseadas na utilização hídrica nas regiões Nordeste, Sul e Norte.

Como marcas dessa conjuntura o governo:

Na região *Nordeste*, construiu a barragem de Sobradinho e depois a de Itaparica. Na região *Sul*, deu andamento à obra de Itaipu, no Rio Paraná, época em que foi anunciada a construção da usina hidrelétrica de Itá e Machadinho, na Bacia do Rio Uruguai. Simultaneamente, na região *Norte*, iniciava-se a barragem de Tucuruí (BENINCÁ, 2011, p.72).

O processo de implantação de Hidrelétricas é marcado por inúmeras controvérsias. Chamam a atenção a maneira como essas obras foram pensadas e executadas, o *lobby* em torno do desenvolvimento gerado e a participação mínima dos atingidos na decisão sobre a realização do empreendimento e sua gestão. As populações envolvidas em áreas de construção de barragens e outros projetos são tidas, pelos defensores dessa opção, como

empecilhos ao desenvolvimento. Zhouri e Oliveira (2007) ao analisar as posições tomadas no Brasil com relação às políticas públicas concluem que:

os efeitos das transformações acarretadas pelo processo de mundialização manifestam-se, sobretudo, a partir da adoção de uma política conservadora de ajuste econômico que tem reconduzido meio ambiente e justiça social ao estatuto de “entraves ao desenvolvimento” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 120).

As pessoas não só são consideradas entraves, mas recebem o mínimo de informação sobre o empreendimento, apesar de serem previstas oitivas em audiências públicas. No geral, sabe-se pouco sobre as formas de indenização, os locais onde serão realocados e quantas pessoas serão atingidas, o que pode ser exemplificado com os impasses nas realocações e indenizações dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (MAGALHÃES, 2007) e nas entrevistas que foram realizadas nas áreas a serem atingidas pelo Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte.

Neste texto são discutidos elementos do drama vivido em relação ao processo de desterritorialização e da resistência por parte das famílias camponesas das localidades Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo, na Volta Grande do Xingu no Município de Senador José Porfírio-PA, frente ao empreendimento de construção da Hidrelétrica de Belo Monte e do projeto de Mineração Volta Grande. Os procedimentos metodológicos consistiram em visitas realizadas na área onde foram feitas entrevistas, das quais 11 gravadas, no período compreendido entre os meses de maio e julho de 2012, foram feitas perguntas direcionadas para que comentassem sua origem, como chegaram ao local, suas percepções sobre a construção da hidrelétrica e o projeto de mineração, bem como suas reações a esse processo. Na seleção dos interlocutores foram priorizados moradores mais antigos, sobretudo de famílias camponesas, que por esta condição tem seu modo de vida ameaçado em função dos diferentes impactos ambientais e sociais na área. Parte da pesquisa consistiu na convivência e observação do cotidiano das famílias. As conversas entre os moradores foram úteis na coleta dos dados e instigantes quanto às entrevistas gravadas¹. Foram feitas anotações do que foi visto e ouvido e feitas análises de documentos, panfletos, abaixo-assinados, documentários conseguidos junto aos movimentos sociais e às próprias famílias atingidas, que corroboraram a metodologia descrita anteriormente.

¹ Para segurança dos interlocutores todos os nomes citados neste trabalho são fictícios.

Caracterização do *locus* de pesquisa: Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo, área de sequeiro

As vilas da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo estão localizadas no Município de Senador José Porfírio, também conhecido como Souzel, estado do Pará, Brasil. Partindo da sede do município até as vilas é necessário percorrer rotas terrestres ou fluviais pelos municípios de Vitória do Xingu e Altamira.

As vilas se formaram em torno da atividade de mineração, em garimpos artesanais, praticados na Volta Grande do Xingu. Há, na região, os garimpos do Itatá, Ressaca, Ouro Verde e Galo. Essa atividade é antiga no local. O primeiro garimpo da região é o da Ressaca.

A população local soma aproximadamente 1000 habitantes, divididos entre Ressaca 586 habitantes, Ilha da Fazenda com aproximadamente 170 e Garimpo do Galo com 244 moradores. Há um movimento de mineração nesta área que consiste na flutuação populacional em decorrência da própria atividade de garimpo. É constante o movimento de chegada e saída de pessoas. Em termos econômicos a principal atividade é a exploração aurífera, que sustenta toda uma cadeia de serviços e comércio, uma vez que as pessoas que moram nas vilas trabalham, sobretudo, nos garimpos.

A infraestrutura local está em sua maioria concentrada na vila da Ressaca e Ilha da Fazenda, bem como os serviços públicos de saúde e escolas. O atendimento é feito em sua maioria pela Agente Comunitária de Saúde, e eventualmente por médicos. Na escola é fornecido ensino da 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

O acesso à energia elétrica é mais significativo nas vilas, com exceção de ribeirinhos que possuem geradores, televisão e antenas parabólicas. Os que não tem esses recursos utilizam iluminação por meio de lamparinas a querosene. Em lugares onde é possível a captação de sinais de telefonia, os que trabalham no garimpo se comunicam com familiares em seus locais de origem utilizando este expediente. O serviço de telefonia é utilizado para fazer encomenda de itens aos donos de embarcações que fazem o transporte até o local.

A atividade comercial nas vilas é realizada por barqueiros e proprietários de pequenos estabelecimentos que vendem ou trocam, por ouro e pescado, bens como bebidas, itens da cesta básica e roupas..

Concomitantemente ao desenvolvimento da atividade mineradora na região, houve em torno das vilas a formação de um campesinato, etnicamente oriundo da miscigenação de indígenas com não indígenas, e por isso dotado de saberes que permitem viver num ambiente que inclui a terra, o rio e a floresta. Witkoski (2010) defende que o camponês

amazônico detém um *habitus*², que lhe imprime um modo de vida adaptado no agir cotidiano, repassado entre gerações e guiados pela visão própria de mundo. Diante disso, ele propõe caracterização sobre o modo de vida dos camponeses amazônicos, que se assemelham em alguns pontos ao caso em estudo:

A multifuncionalidade (ou polivalência), por exemplo, do modo de vida desse camponês, assentada sobre as condições materiais de existência particulares [...] lhe confere formas de relação com a natureza que podem ser assim descritas: os meios de produção fundamentais são a terra, a floresta e a água; a mão de obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é, praticamente, familiar; há uma divisão sexual e social do trabalho na família – seja ela extensa e/ou nuclear; a tecnologia usada é simples, de limitado impacto sobre o meio ambiente; há uma relação simbiótica com a natureza, através dos ciclos naturais – que passam de geração a geração por via oral; importância das atividades de subsistência, ou seja, produção de valores de uso para si e para outros homens – mercadorias; os camponeses amazônicos participam de um mercado em rede; possuem clara noção de território, onde o grupo produz e reproduz econômica, social e politicamente; por fim, poder político interno organizado de modo precário – em geral, o poder reside nas mãos dos agentes de comercialização (WITKOSKI, 2010, p.163).

Essa particularidade fez com que os camponeses trabalhassem em atividades do garimpo, na pesca, na agricultura, extrativismo vegetal e pecuária, sobretudo de pequenos animais. Não há rigidez na permanência em uma e outra atividade, apesar de que os relatos camponeses nos dizem que apesar de terem exercido a garimpagem, após a instalação na terra essa ficou reduzida ou não é mais exercida. De fato, é possível que o trabalho no garimpo seja realizado em momentos em que se faz necessário obter recursos monetários para serem reinvestidos em benfeitorias para a família ou fazer investimentos em atividades correlacionadas ao trabalho na terra:

Nós morávamos aí pra baixo. Com dez anos papai veio pra cá mais a mamãe. Aí, nesse mesmo ano, nós fomos para Altamira. Já vim me criar em Altamira. Não tinha nem a Transamazônica ainda, só o batedozão, isso em [19]57. Com quinze anos eu vim pra cá de novo, já era casado, vim pra pescar, aí foi no tempo que saiu o negócio do gato³, aí eu fui pro gato. Aí saiu o garimpo, acabou o gato e eu fiquei no ouro, eu trabalhei mais na balsa. Aí minha mulher morreu e eu fui caçar gato de novo, aí no meio do mato (ALMIRANTE, 2012).

Outro complementa:

Já trabalhei em garimpo, mas por pouco tempo. Muito antes de eu vir pra cá eu fui seringueiro, meu primeiro serviço foi a seringa, eu tinha 10 anos, [...] eu fui seringueiro 22 anos, depois arrumei família, trabalhei uns tempos no garimpo, depois fui pra roça e continuo na roça ainda (MARCOS, 2012).

² De acordo com Bourdieu (1989, p. 61) “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido, e também um haver, um capital [...] o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural-, mas sim de um agente em ação”.

³ Trata-se da caça de gato do mato para comercialização de peles, atividade comum no período anterior à abertura da rodovia Transamazônica.

A parte da mão de obra dos grupos camponeses destinados a atividades extras, como a garimpagem, passa a ser frequentemente absorvida pela empresa canadense Belo Sun Mineração. São contratados para realizar serviços de limpeza, trabalhar nos refeitórios, ou seja, a mesma empresa que expropria as terras das famílias também absorve parte da mão de obra local, refuncionalizando-a.

Os desdobramentos e polêmicas dos projetos hidrelétricas na bacia do Xingu

Os projetos para a implantação de hidrelétricas na bacia do Xingu passaram por vários desdobramentos durante as mais de 3 décadas de debate. No primeiro momento, durante os governos militares (abril de 1964 a abril de 1985)⁴ foram realizados estudos específicos para quantificar o potencial hidrelétrico brasileiro. Conforme mostram Santos e Nacke (1991) estes estudos delimitaram no ano de 1984 um potencial de 213.400 MW⁵, com cerca de 16,6% explorados, e quase 50% deste localizado nas regiões Norte e Centro-Oeste. O potencial Hidrelétrico dos barramentos no Xingu foi revelado por meio dos “Estudos de Inventário hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu”, que preconizava aproveitar desnível de 275 metros⁶ no Rio Xingu para a construção das barragens de Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô, além do barramento do Rio Iriri (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005).

Os impactos socioambientais da obra que alagaria cerca de 20 mil km² (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005), fez com que os movimentos indígenas e sociais manifestassem publicamente sua posição contrária ao projeto. Somado a isso, a década de 1980, considerada perdida economicamente (FRANCO, 2015) foi apresentada pelo governo para justificar a busca de financiamentos externos para a construção da hidrelétrica, o que não se concretizou pelas manifestações contrárias de indígenas, pesquisadores e ambientalistas em nível nacional e internacional. Esses dois fatores são de fundamental relevância para compreendermos porque o projeto foi paralisado.

O marco do posicionamento contrário à obra foi realizado no ano de 1989, no “Encontro dos Povos Indígenas em Altamira”, que barrou por um tempo o projeto Kararaô⁷

⁴ Os governos militares são caracterizados pelo autoritarismo e repressão da participação política da sociedade. “No Brasil, as construções da Transamazônica, da Ferrovia do Aço, do Sistema de Telecomunicações, da Usina Hidrelétrica de Itaipu, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, do Projeto Carajás, entre outros, foram iniciativas que estão neste contexto” (SANTOS; NACKE, 1991a, p.46)

⁵ O potencial hidrelétrico do país é cerca de 260 mil MW. Na bacia do Amazonas e mais especificamente a sub-bacia do Xingu encontram-se inventariados 12,7% desse total (ANEEL, 2012).

⁶ Segundo Sevá Filho (2005) aproximadamente de 85 a 90 metros, deste desnível, ocorre entre a sede do município de Altamira e o final da Volta Grande. Justamente nessa parte do rio é que está sendo feita a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

⁷ Hoje denominado de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte – AHE Belo Monte.

(SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005). O bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Krautler, assim relembra este momento

Algumas lideranças Kayapó vieram a Altamira e me convidaram para uma reunião. Comunicaram-me sem rodeios que estavam decididos de vir a Altamira para um grande encontro e marcaram a data. Dei-lhes a entender que um encontro deste porte exigia uma intensa preparação e o tempo para isso era muito pouco. Pedi, por isso, que adiassem o evento por alguns meses. Não havia jeito de convencer os líderes Kayapó. Sem meias palavras me disseram: “O encontro está marcado! Queremos que nos ceda a Bethânia! Só isso!” A Bethânia, o Centro de Formação da Prelazia do Xingu, oito quilômetros de Altamira, tornou-se de 20 a 25 de fevereiro de 1989 a aldeia principal dos Kayapó. O evento que reunia em torno de 600 índios, pintados para guerra, teve enorme repercussão em todo o Brasil e no exterior. A foto que retratou a cena em que a índia Tuíra esfregou um facão na cara de José Antônio Muniz Lopes, então diretor de engenharia da Eletronorte, percorreu o mundo, tornando-se símbolo e uma espécie de logotipo da hostilidade total dos índios em relação às projetadas barragens. Enquanto os Kayapó estavam reunidos na Bethânia as comunidades de Altamira se organizaram num ato público no bairro de Brasília. Levantaram sua voz contra os órgãos do governo que operam na surdina e excluem deliberadamente a sociedade civil da discussão de projetos que afetam a população e o meio-ambiente. A vitória estava do lado dos índios e de todos que se opuseram à concretização do megaprojeto. Kararaô foi arquivado! Aparentemente! (KRAUTLER, 2005, p.11).

As contestações populares aliadas à conjuntura econômica do Brasil fizeram com que o projeto fosse paralisado. Falava-se pouco sobre a obra, entretanto em 1990 a ELETRONORTE protocolou o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte junto ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) para aprovação e outorga (ISA, 2012).

Na segunda tentativa de barrar o rio Xingu o projeto foi rebatizado e remodelado, com modificações geográficas e técnicas relevantes: seria o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHBM), que englobaria a construção da 1ª usina na Volta Grande, com potência instalada de 11.182MW, ou seja, Kararaô passou a ser chamado de Belo Monte, e a barragem Babaquara de Usina ou Aproveitamento Altamira (SEVÁ FILHO, 2005).

O projeto anterior tinha manchado a imagem da ELETRONORTE, sobretudo, por causa dos vários possíveis impactos sociais e ambientais, principalmente em terras indígenas na Volta Grande do Xingu, tanto que o projeto foi remodelado para que não alagasse tais áreas. A conjuntura do início dos anos 2000 estava mudada, principalmente por causa da crise energética em que o país encontrava-se, devido à pouca precipitação nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Diante disso a estratégia dos defensores da barragem estava apoiada no *lobby* de que a construção do empreendimento no Xingu era a “salvação do país” (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005).

A construção da hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu a partir de então é tratada como prioridade nos investimentos do setor elétrico. Para isso, no ano de 2000 foi

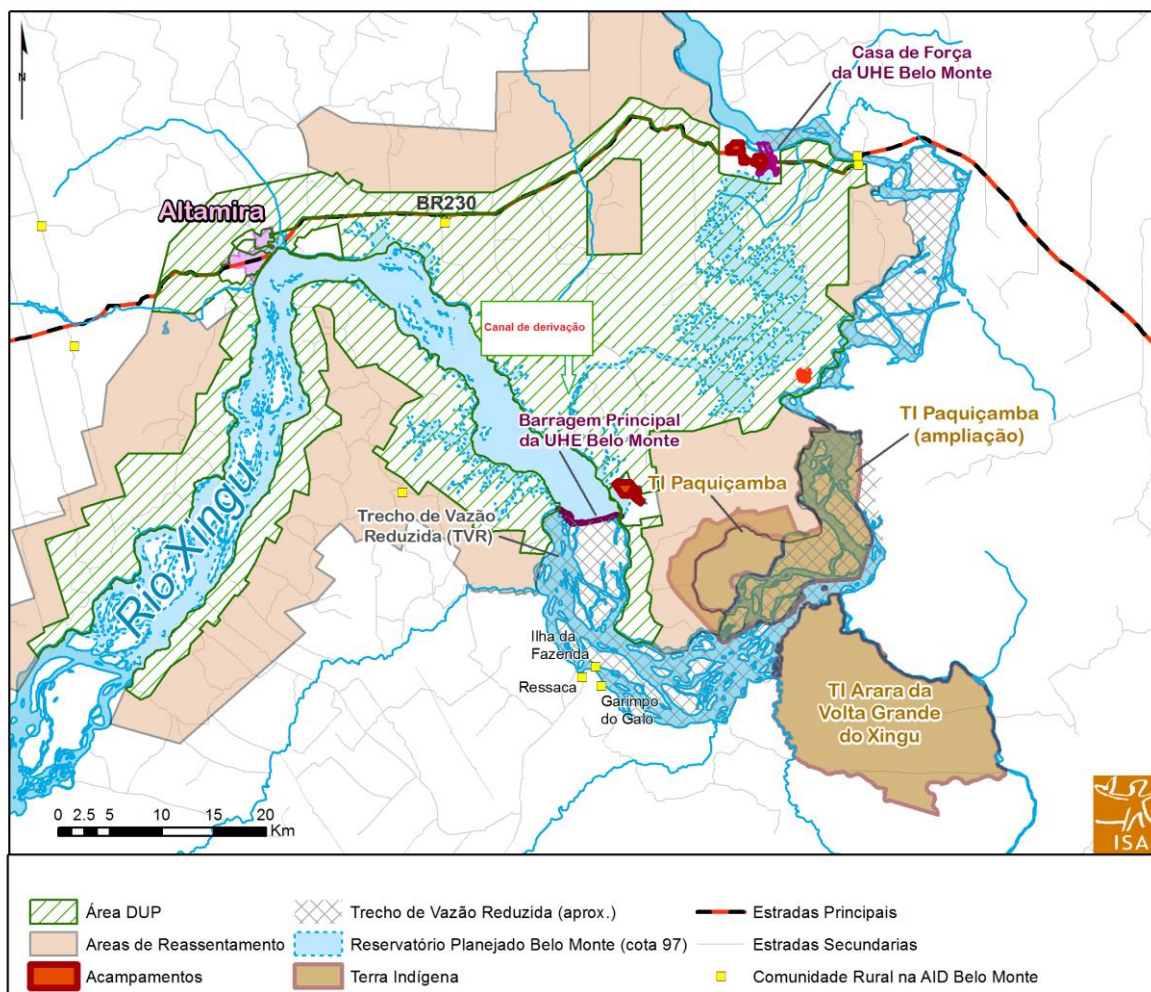
contratada a Fundação de Amparo à Pesquisa (FADESP), da Universidade Federal do Pará, para a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para que a licença ambiental pudesse ser pleiteada na Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente (SEVÁ FILHO, 2005). Em termos jurídicos essa ação continha falhas, porque não foi feita licitação para contratação da FADESP, o processo de licenciamento estava sendo conduzido na esfera estadual e não na federal conforme deveria ser realizado, e não havia sido feita a consulta aos povos indígenas previstas no artigo 231 da Constituição Federal (PONTES JÚNIOR; BELTRÃO, 2005). Esses problemas foram objeto da primeira Ação Civil Pública (ACP) impetrada contra a construção da hidrelétrica, considerada procedente pelo Juiz Federal Rubens Rollo de Oliveira, que suspendeu o licenciamento (SEVÁ FILHO, 2005).

A partir do início do governo do presidente Lula, em 2003, foi reproduzido o discurso de que era necessário o aumento da capacidade de produção de energia elétrica para evitar futuros apagões. Ainda nesse mesmo ano é nomeada como Ministra das Minas e Energia a Sra. Dilma Rousseff⁸, que o sucederia na Presidência da República nos mandatos seguintes (2010-2014/2015-2018), que participou no ano de 2004 da reformulação do modelo energético brasileiro que entre outras diretrizes preconizava: “garantir a segurança no suprimento; promover a modicidade tarifária; e promover a inserção social, em particular pelos programas de universalização (como o Luz para Todos)” (ANEEL, 2008, p. 18).

Em 2005, o Congresso Nacional aprovou a construção de Belo Monte com potencial de energia instalada de 11.233,1 MW (ELETROBRÁS, 2009 citado por FEARNSSIDE, 2009a). Remodelado novamente, o projeto em execução previu a construção de um barramento principal no Sítio Pimental, cerca de 40 km da cidade de Altamira. Neste local a potência instalada prevista seria de 233,1 MW. A partir desse primeiro barramento serão formados o reservatório da calha do Xingu e o Reservatório de Canais (FEARNSSIDE, 2009a). A água seria desviada do leito principal, por meio de dois canais de derivação. O projeto foi reajustado para que fosse feito um único canal de derivação que ligasse o reservatório de Pimental e o Reservatório Intermediário (NESA, 2014). A partir deste reservatório seria construída, no sítio Belo Monte, a Casa de Força Principal com 11.000 MW de potência instalada (RIMA, 2009). A configuração espacial da obra, que pode ser vista na Figura 01, faz com que aproximadamente 100 km abaixo da barragem principal ficasse com a água reduzida mudando drasticamente as condições sociais, econômicas e ambientais. As pessoas interlocutoras deste trabalho são residentes desta área e estão sob os efeitos dessas mudanças.

⁸ Durante o período em que foi Ministra das Minas e Energia, passando pelo cargo de Ministra da Casa Civil e depois no início do mandato como presidente da república, Dilma Rousseff tratou a questão dos investimentos energéticos como uma das prioridades, tanto é que a partir dos PAC 1 e PAC 2 são contempladas a construção de hidrelétricas na Amazônia, inclusive Belo Monte.

Figura 1 – Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte
UHE Belo Monte - Decreto de Utilidade Pública



Fontes: EIA/RIMA Belo Monte, Resolução 3293 ANEEL, IBGE, FUNAI

Realizado pelo Laboratório de Geoprocessamento do ISA/Altamira, Fevereiro 2013

Fonte: GLASS, 2013, com adaptações.

Com estas características foi colocado em andamento a construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, ao mesmo tempo em que a população foi sendo remanejada e se redefinindo a relação de novos atores com o espaço nesta região. Estes problemas podem ser agravados pela construção de outras hidrelétricas no rio Xingu, fato negado no RIMA (2009) onde não se fala na barragem de Altamira (Babaquara), por exemplo. Especialistas (FEARNSIDE, 2009a, 2009b; SEVÁ FILHO, 2005) alertam para a necessidade da construção de usinas rio acima, sendo Altamira (Kararaô) a primeira tendo como função a regulação e acúmulo de água para atender as necessidades de AHE Belo Monte.

O cerco está sendo fechado: as duas frentes de desterritorialização na Volta Grande do Xingu

A desterritorialização segundo Hasbaert (2007) é mais que um processo de desmaterialização, de debilitação de controles fronteiriços ou deslocalização de firmas, de dissolução de distância. Para este autor desterritorialização significa

um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial [...] Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (HAESBAERT, 2007, p. 68).

Ao analisarmos as implicações dos processos de desterritorialização por grandes projetos é possível notar que a exclusão e precarização socioespacial recai sobre uma parte de população que historicamente está em desvantagem no jogo político e econômico. Aranha Silva (2007) observa que a territorialização dos empreendimentos leva a uma territorialização positiva para os capitalistas através da reprodução do capital, em detrimento da desterritorialização negativa de grupos subalternos.

Na Grande Volta do rio Xingu há duas grandes frentes de desterritorialização da população que habita a região. Seguindo o percurso através do leito do rio ao norte das localidades da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo está em fase de construção o paredão de concreto do sítio Pimental, que reduzirá significativamente a vazão do Rio Xingu, modificando os referenciais sociais e ecológicos das populações; ao sul. Ali está localizado o projeto de Mineração Volta Grande, precisamente de Senador José Porfírio aproximadamente a 50 km da sede do município de Altamira, nas proximidades das Vilas da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo está em instalação o projeto de Mineração Volta Grande. Segundo o Rima

“trata-se de uma operação de lavra a céu aberto em bancadas, com uma rota de processo tradicional no beneficiamento do minério de ouro. Em função das características do minério e sua distribuição espacial no jazimento, foi verificada a alternativa de uma lavra subterrânea, porém esta foi descartada devido, principalmente, aos custos associados”(RIMA, 2012, p. 2).

Esta atividade de mineração se instalará em terras onde vivem os camponeses e que substituirá garimpeiros que trabalham com tecnologia com pouca utilização de maquinário pela exploração com máquinas sofisticadas. A interpretação de um entrevistado é muito precisa sobre a conjuntura vivida no local: “Estou como numa prensa, de um lado a barragem e do outro a firma [mineradora] quer me tirar” (MARCOS, 2012).

Os moradores da possível área de vazão reduzida estão diante de interesses de grandes empresas que se conjugam na maneira como veem os atributos naturais, ou seja,

tratam-se de frentes de exploração que nada percebem além dos recursos e a maneira de acessá-los a todo custo, independente de quem e o que esteja no caminho. As pessoas que moram no local nada são além de empecilhos, ou como diz Bermann (2012), ao se referir especificadamente ao projeto de construção da hidrelétrica, “populações indígenas e as populações ribeirinhas tradicionais foram deliberadamente colocadas à margem do processo de discussão da obra” (BERMANN, 2012, p. 11).

O processo de implantação dos dois projetos no local é cercado de promessas em torno das melhorias para o local. No entanto, o que se vê é uma população em que perdura a dúvida em relação ao que acontecerá no período pós implantação dos projetos. Em relação à barragem, uma vez que o projeto foi alterado, existem dúvidas em relação aos projetos que não foram possíveis de esclarecer nas audiências públicas, que em tese teriam esse fim.

Quando eu cheguei no tempo do garimpo em 83 que eu vim trabalhar a primeira vez já tinha a CNEC, aí já diziam que aqui ia ser construído[a] uma hidrelétrica muito grande mas isso era história. Aí quando eu já tava morando aqui no governo do Fernando Henrique Cardoso ele deu linha verde pra construção, foi em rede nacional que ele falou que ia ser construída a Hidrelétrica Belo Monte. Nessa época eu ainda plantava coisa ali em baixo, aí quando eu vi que o negócio ia sair eu disse: agora o negócio é tudo aqui pra cima, com certeza aqui não vai atingir porque o lago vai ficar lá em baixo [...] Passaram aqui, fizeram o cadastro sócio econômico, fizeram toda medição, agora só que eles não vêm falando a verdade, agora que querem botar a verdade no meio, porque tão fazendo aquela ensecadeira ali em cima que é aquela barragem. Aí o cabra disse assim: seu Cesar, esse pau bem aí fica dentro de água na enchente! Eu disse: não senhor, eu não plantei nada dentro de água! Aí eu disse: _Segundo minha experiência aqui vai ser construída a terceira barragem maior do mundo! A primeira é na China, a outra de Itaipú e agora essa. Então esse lago aqui era 516 quilômetros baixaram pra 510. Aí ele disse: Não, a barragem vai ser ali em cima! Eu disse: Moço, ali vai ser a barragem de contenção. Ai eu disse: A barragem principal não é lá em baixo, na cachoeira, em Belo Monte mesmo? _Ele disse: É! Eu disse: Então por onde vai passar essa água, se é a terceira maior do mundo? Aí ele disse que a água vai ficar reduzida. Aqui no meu lote já botaram uma pedra de cimento com uma chapa de bronze ou de cobre, não sei bem de que é, em cima escrito: Centrais Elétricas do Norte do Brasil. Aí, protegido por lei, aí o rapaz disse que é pra monitorar a área, aí eu não sei como vai ser mas se o governo precisar a minha decisão é essa: me pagar! Me perguntaram se eu já tenho uma base de quanto vale mas eu ainda não sei. Pode eu pedir muito e pode eu pedir pouco. Se a empresa precisar traz um técnico pra avaliar, aí eu mostro. A Belo Sun andou fazendo uma vistoria, a ELETRONORTE não quer mexer com isso aqui porque aqui vai ser uma mina, agora se essa mina vai pegar minha terra eu não sei, porque a área do garimpo mesmo é pra ali (CESAR, 2012).

A situação complexa expressa na citação acima e nas muitas indagações dos moradores da região sobre os projetos de investimento em vias de instalação no local requer um questionamento sobre dois pontos muito importantes: quais os critérios para

definição das indenizações pelos danos ocasionados? Como os camponeses excluídos dentre os possíveis atingidos reagem à construção do empreendimento?

Esses questionamentos devem ser discutidos, sem se perder de vista o diálogo com a perspectiva camponesa, o entendimento do conceito de atingido e a mobilização camponesa neste contexto.

“Nós somos mais atingidos”: as controvérsias de um conceito polissêmico e suas implicações nas localidades estudadas

A expressão “*Nós somos mais atingidos*” foi dita por Elias (2012), morador da localidade Vila do Galo. É a partir dela que iniciamos a discussão desse tema relevante para o debate em torno da implementação de grandes projetos de investimento. Ser ou não ser atingido, eis a questão. Não bastassem todos os imbróglis em torno dos estudos, interesses e na decisão de instalação de Grandes Projetos, é na fase de instalação, após aprovadas as Licenças Prévia e de Instalação pelos órgãos ambientais do estado, que inicia-se a discussão sobre quem de fato deverá ser indenizado por danos diversos ao seu modo de vida, os atingidos. Diversas perguntas são constantemente levantadas, tais como: o que significa ser atingido? Atingido é quem tem as terras ou casas alagadas? Atingido é o proprietário? Essas e outras indagações tornam esse conceito complexo e de suma importância, pois há uma heterogeneidade de atores afetados direta e indiretamente por barragens para geração de energia elétrica ou outros empreendimentos. Acima de tudo, o que está em jogo é a manutenção social, ou seja, trata-se de vida.

Aproximando a discussão para o plano do AHE Belo Monte, é possível dizer que, principalmente em função de pressões da sociedade civil organizada, há a utilização de uma concepção mais ampla no que diz respeito às compensações, pelo menos no plano da propaganda dos empreendedores. Na prática, o projeto é cercado de incertezas do ponto de vista dos impactos na área de vazão reduzida. Impera a visão territorial que inclui, sobretudo, as pessoas que estão na área alagada. Segundo Bermann “o projeto se adequa aos projetos hidrelétricos em voga, de desconsiderar as consequências sociais e ambientais das populações não inundadas ou “afogadas” pela formação dos reservatórios” (BERMANN, 2012, p. 10).

As informações do EIA desconsideram a maioria das pessoas que estão abaixo do barramento principal, no chamado trecho de vazão reduzida, visto que a população afetada é somente os que terão de sair compulsoriamente da área, enquanto que as do trecho de vazão reduzida, conforme o RIMA, “cerca de mil pessoas” (RIMA, 2009, p. 128) moradores da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo também serão afetadas por danos

causados à navegação, à pesca, enfim mudança drástica na maneira de viver dessas populações.

Se colocarmos em perspectiva o que foi retratado neste trabalho pode ser extraída a seguinte relação: interesse da empresa em determinado local x morador = desapropriação, caso não haja interesse ou esse local não sofra de possível alagamento o resultado é a manutenção das famílias mesmo em condições aquém das previstas em estudos e licenças ambientais. Isso coloca em cheque, por um lado, a política de desenvolvimento e de progresso que rege as desapropriações, por pautarem a questão de gastar menos para aferirem maiores lucros. Por outro lado, a noção de ser atingido, em outras palavras, os camponeses estão em posição desfavorável e são os primeiros a sentir as mudanças físicas, econômicas e socioecológicas. Nos depoimentos que seguem, os camponeses demonstram seu posicionamento numa discussão em que suas vozes são ignoradas:

A Norte Energia diz que a gente não tem direito a indenização, não, porque nós estamos abaixo da barragem. Agora eles falam que essa água vai secar e vai ficar depois tipo água de verão [...] dizendo eles que vão manter, mas vai morrer muito peixe, eu vi passando na televisão que onde faz barragem os peixe morre, aqui tem muito peixe grande, tem o pirarara, o jaú, e esse peixe nem desce mais pro Rio Amazonas por causa da queda de água alta e acaba morrendo na água quente (JORGE, 2012).

Nesta fala, a alteração na piscosidade do rio é evocada como um problema de monta no fornecimento de proteína aos que se habituaram a tê-la por esta via.

Nós vamos pra baixo da ponte porque nós não temos dinheiro para comprar um barraco na rua [cidade] e não vão indenizar, eles falam que não vão indenizar ninguém desse lado porque não vai precisar, eles dizem que a barragem não vai atingir, aí a gente vai pedir para eles cavar pelo menos um poço porque a água vai ficar ruim para gente tá usando (ALMIRANTE, 2012).

A percepção sobre ser atingido vai além do ser alagado, conforme demonstra a fala acima citada. A mudança para outro lugar implica mobilizar recurso financeiro para adquirir uma moradia ou a força de trabalho para cavar pelo menos um poço para o fornecimento regular de água que seria alterado pela barragem.

Eles diziam que ia sair a barragem e que o rio ia encher e pelo caso que a gente tá vendo o rio vai é secar, todo mundo acreditava que ia ficar bom, todo mundo ia continuar andando pelo rio, mas não, mudou porque o rio vai é secar então vai ter transporte só pelo seco. Eles mesmo falaram que pra cá vai secar e que vai ficar cheio da barragem pra cima, então vai ficar muito difícil (MAGNÓLIA, 2012).

O caráter de hidrovia que o rio assume para estas comunidades, eliminado à jusante da barragem, é visto como perda e implica em alteração radical do meio de transporte, encarada como aumento da dificuldade de locomoção.

Eu sempre falo na reunião, eu não perco uma reunião, eu repito o que aconteceu [viveu situação semelhante na formação do lago de Tucuruí] e eles falam que não vai ofender, a mesma coisa que lá, mas ofende nosso rio. Aí de que nós vamos viver? Aqui vai secar, vai ficar só no canalzinho ali e a água é podre, já tá morrendo peixe aqui, o Ibama teve aqui com o pessoal e vai vim de novo (RONALDO, 2012).

As alterações provocadas e a mobilização da memória individual e social de situação semelhante vivida em Tucuruí ativa um senso crítico apurado e que leva à participação. Essa manifestação leva à denúncia e a um posicionamento coletivo, que apesar de tudo, não tem conseguido se contrapor ao processo de construção da hidrelétrica.

Trata-se, portanto, de pontos de vista diferentes entre si, porém complementares. De forma muito clara os moradores do local tem visão diferente dos que vêm de fora, os empreendedores, e dos membros de organizações que fazem parte da rede de mobilização contra empreendimentos hidrelétricos. Na perspectiva camponesa a ameaça diz respeito à própria manutenção enquanto categoria social. Neste caso em especial uma dupla ameaça, quais sejam: o barramento do rio e a instalação do empreendimento de mineração.

Em relação à mineração a lógica adotada pela empresa segue, neste caso, o princípio da utilização do espaço, semelhante ao que foi descrito anteriormente em relação aos expropriados pela barragem, ou seja, somente quando precisar explorar determinada área nos casos de instalação de canteiros e outras estruturas, os camponeses serão retirados. Na verdade, os próprios moradores tem noção disso, uma vez que nas entrevistas utilizam frequentemente a expressão “se a firma precisar da área” ou “a firma disse que vai precisar da minha terra”. Como diz um camponês:

*Ultimamente agora vieram fazer o cadastro, fizeram levantamento de tudo que tenho. Eu to achando que quando eles aparecerem agora vai ser com a proposta de negociar, mas nunca ninguém chegou aqui dizendo que eu ia ter que sair daqui. Eles não querem explicar, eles só dizem que tão fazendo previnição e que se a firma vier **precisar da área** ela já tá sabendo quem eu sou e o que eu tenho. Já tem alguns por aí que negociaram a terra e dizem que daqui pro final do ano vai ser tirado o pessoal (MARCOS, 2012)*

Como foi visto no decorrer deste tópico, mesmo com toda a polissemia do termo atingido, as famílias têm noção de que no mínimo seu modo de vida pode ser alterado. Há questionamentos como “eles prometem isso pra nós [continuar navegando], mas nós já estamos tão acostumados a ser enganados que a gente não acredita, eles só querem explicar coisas boas, só dizem coisas boas, ruins eles não mostram, não” (MARCOS, 2012). Um morador demonstra preocupação, porque o barramento do rio estava adiantado e a situação da indenização dos impactos não estava esclarecida, complementa: “Nós falamos: Se viesse logo pra resolver era melhor antes de sair a barragem, e o tempo vai passando e

a barragem vai saindo, tá quase fechada já, nós vamos ficar na boca da armadilha” (PAULO, 2012).

Comumente os moradores se depararam com estranhos fazendo estudos no local, que falavam em barragem para a geração de energia elétrica, que veem as terras e rios como recursos, e as pessoas e seus modos de vida como entraves ao progresso.

Diante das mudanças, a mobilização?

Quando se fala em reação à hidrelétrica de Belo Monte, o leitor pode associar rapidamente aos povos indígenas. De fato, desde a década de 1980 os povos indígenas protagonizam manifestos contra o empreendimento, demonstrados publicamente na imprensa nacional e internacional e em trabalhos científicos. Atraíram com isso muitos outros atores individuais e coletivos que formam redes de movimentos sociais.

Na análise do processo de resistência ao projeto na área de que trata este estudo, justamente por se tratar de luta em que há multiplicidade de atores envolvidos, as pessoas expressaram suas demandas utilizando os meios de que dispõem, sobretudo, os que aderem a valores simbólicos como o rio Xingu, que simboliza vida.

No Rio Xingu foram realizadas as principais mobilizações. A primeira manifestação chamada de trancamento simbólico [do Rio Xingu], foi realizada por ribeirinhos da Volta Grande que com seus barcos estenderam uma faixa escrita “não queremos Belo Monte” (Figura 2), local na época onde estava planejada a construção do paredão. Na ocasião foi realizada uma missa, considerada pela comunidade como a última antes de terem de sair de suas terras (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2011).

Figura 2 Trancamento simbólico do rio Xingu por ribeirinhos da localidade Arroz-Cru

Fonte: Movimento Xingu Vivo (2011).

Semelhante ao ato anterior foi realizada em 2011 uma grande pescaria que serviria de resposta e reafirmação de quem tem no rio local imprescindível à sobrevivência. Segundo um dos participantes o objetivo era “mostrar que o pescador vive disso e que se acaba a gente vai viver de que? [...] porque lá eles dizem que aqui pra baixo não existe pescador. Negativo! Existe, sim! Eu não brigo só por mim, eu brigo pelas colocação [espaço de moradia] tudo” (RONALDO, 2012).

Quando as máquinas começaram a escavar e formar a enseadeira no rio Xingu, as formas de resistência ao projeto tomaram o caminho da reivindicação de direitos. É neste ponto que se fez com que alguns focos de mobilização iniciassem, mesmo que timidamente, e acompanhando a mobilização indígena, também por direitos. O fato que perpassa nas falas dos entrevistados é que, ao se movimentarem, os indígenas instigam o próprio movimento que questiona a forma como é conduzida a obra. Assim foi o evento que ocorreu em 2012, quando as atividades no canteiro de obras do Sítio Pimental foram paralisadas. “Nós passamos um mês com tudo parado, nós e os índios, o rancho foi por nossa conta e por conta do Xingu Vivo que apoiou nós. Só advogado teve 8 com nós [...] Se eles não cumprir com os índios, pescador e ribeirinho, nós vamos se reunir e fechar” (RONALDO, 2012).

Por conta da expropriação pela empresa mineradora existe na localidade sentimento de injustiça e medo devido às muitas investidas no local, que ao mesmo tempo

forneem condições para a contestação e impedem a mobilização pelo medo das represálias. Famílias já foram retiradas ao preço de migalhas e sem opções para negociar. No relato abaixo é descrita a forma como uma família camponesa foi expulsa há 9 anos pela empresa de mineração:

Aí o pessoal da firma entrou em conversa com nós pra indenizar nós. Ai ele ofereceu uma casa no valor de quinze mil em Altamira, aí eu não quis, como era que eu ia sustentar minha família? Aí eu não aceitei. Aí ele disse: _Se quiser eu dou os quinze mil em dinheiro! Aí eu falei que queria 25 mil. Aí ele disse que só pagava quinze e se eu não aceitasse eu só ia ficar com um pedacinho da terra sem direito a indenização e nada. Me ameaçou! A empresa que fez isso foi a Verena, e disseram que se a gente ficasse não ia poder plantar mais nada. Eu me criei aqui, toda minha família morava aqui (TOBIAS, 2012).

O processo de desterritorialização funciona a partir de ameaças, em que são retiradas as condições mínimas que as famílias dispõem para sobreviver, sobretudo a possibilidade de trabalhar na terra. Na verdade, a relação desigual ocorre com famílias que dispõem de pouca informação em relação aos direitos; em outras palavras, são pessoas que vivem calejadas pelas condições estruturais de exploração. Essa conjuntura de transformação encontrada nas localidades em que os vínculos sociais e simbólicos do território são desarticulados corrobora o dito por Silva e Silva (2013), que apoiados no conceito de desterritorialização, sobretudo ocasionado por grandes projetos de investimento destacam o caráter de “exclusões socioespaciais, onde o poder econômico, e também político, prevalece e se impõe sobre as demais forças existentes, criando novos territórios desprovidos de valores sociais e precários de elos, vínculos, de pertencimento”.

As organizações sociais são pouco ou nada representativas na localidade. Não foi mencionado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais como entidade de representação camponesa no local. Para ser preciso, havia no local a Associação dos Agricultores da Ilha da Fazenda/Ressaca (AGRIFAR) que era para ser utilizada como veículo para trazer melhorias, mas está desativada devido à inadimplência.

Depois que essa associação ficou inadimplente e assim muito parada, ninguém nunca ouviu falar em associação com hidrelétrica, porque dizem que aqui a gente não vai ser atingido pela hidrelétrica e por isso não tem direito a indenização [...] tinha um pouco [relação da associação] com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador [José Porfírio ou Souzel], sempre teve que aliás a pessoa que sai ou que entra no lugar de presidente, é um presidente de associação. Ele é dessa região mas ele anda pouco por aqui. Aqui é um lugar meio isolado (LENIR, 2012).

É evidente a tensão em relação aos efeitos da hidrelétrica na mineradora no local, uma vez que os impactos significativos estão começando a ser sentidos. Eles convivem com a incerteza de viver no local em que sua reprodução social está ameaçada. Se isso gerará mobilização no local não é possível saber, até mesmo por que as categorias sociais foram

muito desgastadas após o início das obras, sobretudo pela retirada das famílias de outras localidades.

Tem um homem que tá comprando a terra de todo mundo, ele tá comprando terra demais e ele é da firma! Eles vão cercar tudo pra tomar de conta, e as pessoas que moram aqui vai ter que ser afastado mas eles não falam pra onde a gente vai, tem gente que quer ir pra cidade, nós não quer não (JAISON, 2012).

Até aquele momento a situação vivida pelas famílias era de abandono e medo da ação iminente de duas grandes frentes de desterritorialização que estavam transformando profundamente o espaço físico e social na Volta Grande do Xingu. O brado local é ignorado e as injustiças estão margeando as portas dos moradores. As palavras visionárias de Hébette, quando dizia que “o cerco está se fechando” (HEBETTE, 1991) previam um porvir triste, nebuloso e trágico. Morar na Volta Grande do Xingu é conviver há mais de três décadas com as investidas expropriatórias ora por construção de hidrelétrica ora por empresas mineradoras. Para essas famílias fecharam o cerco.

À medida que ocorre o avançar das obras de construção da barragem, ou seja, o grande projeto vai adentrando no território, a situação vai ganhando grau de dramaticidade. Em 2015 inspeção das áreas ribeirinhas atingidas pela UHE Belo Monte, realizada pelo Ministério Público Federal, conjuntamente ao IBAMA, FUNAI e ICMBio, constatou 55 problemas na condução da obra pelos empreendedores em relação às populações atingidas, sobretudo em questões ligadas à pouca informação dos atingidos em relação à obra, desconsideração das populações no processo de licenciamento, falhas no processo de realocação o que coloca em xeque a manutenção do modo de vida dos grupos atingidos e os conhecimentos tradicionais a ele associados, e outras violações aos direitos da pessoa humana (MPF, 2015).

Considerações finais

Os grandes projetos de investimento na Volta Grande do Xingu ameaçam os modos de vida das populações locais. A mineração de ouro na área de estudo é uma atividade que durante décadas atraiu a atenção de garimpeiros e empresas. Os relatos de expulsão de famílias camponesas da área estão historicamente presentes. O projeto de mineração Volta Grande não é exceção e é mais uma ameaça às famílias da área, muitas das quais estão com data certa pra serem removidas. Em jogo está não só uma porção de terra, mas toda a rede de relações sociais e história das famílias camponesas com a terra, floresta e rio.

Em relação ao barramento no rio Xingu, pensado durante período de finalização oficial das décadas militares e com características deste período, como o caráter de imposição dessas obras sob o pretexto de benefício nacional, porém sob o jugo de relações

capitalistas de produção. Os aproximadamente 100 km do leito do Xingu que ficará com vazão reduzida, vão atingir significativamente as vilas da Ilha da Fazenda, Ressaca e Garimpo do Galo. A percepção dos que ficam é um amalgama de dúvidas em relação às possíveis influências do projeto na área, porque não há socialização de informações plausíveis de compreensão. O pouco acesso à informação parece ser estratégico para o *modus operandi* dos empreendedores de Belo Monte, uma vez que a contradição que poderia ser gerada em função dos impactos é sobrepujada pela propaganda dos benefícios para a população. Com o avançar das obras foi possível perceber que os descontentamentos começaram a se manifestar, sobretudo em função das modificações no nível do rio e qualidade da água, na pesca, no transporte e na autonomia no cotidiano das pessoas que ali vivem.

Após essa análise pode ser apreendido que há um desequilíbrio de forças entre os que vivem no local e os que tem interesse em fazer o empreendimento. Estratégias de negociação se complementam ao da repressão na desarticulação do conflito. Quando o conflito persiste entram em ação, ou melhor, são retomadas táticas de criminalização de lideranças, uso de aparato policial, censura judicial, perseguição política, desapropriações à força, que limitam a expressão popular. Diante deste processo, resta sensação de perda demonstrada pela população local em virtude do processo de desterritorialização e suas características principais de expulsão/expropriação da terra, precarização das relações sociais e modificações nos referenciais ecológicos.

Ao fechar este artigo, inicia-se o processo de enchimento da barragem. Os desdobramentos dos impactos socioambientais estão por se revelarem por eles mesmos...

Referências

ANEEL. BIG - BANCO DE INFORMAÇÕES DE GERAÇÃO. 2015. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>> . Acesso em: 15 mar. 2015.

ANEEL. Energia Hidráulica. 2012. Disponível em:<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/energia_hidraulica/4_3.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica). Atlas de energia elétrica do Brasil / Agência Nacional de Energia Elétrica. 3. ed. – Brasília : Aneel, 2008. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1689>. Acesso em: 20 jan. 2013.

ARANHA SILVA, E. Transformações sócio-ambientais e a problemática ambiental no Brasil: o caso das hidrelétricas. **Caminhos de Geografia (UFU)**, v. 8, n.23, p. 34-40, 2007.

BENINCÁ, D. **Energia e Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011. 310 p.

BERMANN, C. O projeto da usina hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 15, p. 5-23, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311 p.

FEARNSIDE, P. M. As Hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, p. 5-56, 2009a.

FEARNSIDE, P. M. O Novo EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte: Justificativas Goela Abaixo. In: Reunião de Trabalho Painel de Especialistas para análise crítica do EIA Belo Monte, 2009, Belém, Pará. v.1, p. 108-117, 2009b.

FRANCO, Gustavo. H. B. **A Década Perdida e a das Reformas**. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a48.htm>>. Acesso em: 16 mar.2015.

GLASS, V. Prostíbulo estava em área declarada de interesse público para Belo Monte. **Repórter Brasil**, São Paulo, 21 fev. 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/02/mapa1.png>>. Acesso em 20 jun. 2015.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, M. et al.(Org.). **Território Territórios**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HÉBETTE, J. **O Cerco está se fechando**. O impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/FASE/NAEA/UFGA, 1991. 347p.

ISA. Instituto Sócio-Ambiental. Especial Belo Monte. Cronologia histórica. 2012. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

KRAUTLER, E. Mensagem de abertura. In: SEVA FILHO, A. O., (org); SWITKES, G. (editor). (Org.). **Tenotã Mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 01 ed. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 09-12.

MAGALHÃES, S. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 178f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13, Belém, 2007.

MPF. Ministério Público Federal. Inspeção nas áreas ribeirinhas atingidas pela UHE Belo Monte. 2015. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Relatorio%20Parcial.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

MOVIMENTO XINGU VIVO. Comunidade que será inundada celebra “última missa” na Volta Grande. 2011. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/12/14/ribeirinhos-da-volta-grande-protestam-contrabelo-monte/>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

NESA. NORTE ENERGIA S.A. **Alterações no arranjo definido nos estudos de viabilidade**. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Belo%20Monte/Outros%20Documentos/Belo%20Monte%20%20Projeto%20B%e1sico%20de%20Engenharia/Arquivos%20PDF/Volume%20I%20%20Texto/Tomo%20I/Cap_05%20%20Alteracoes%20no%20Arranjo%20da%20Viabilidade.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

PONTES JR, F.; BELTRÃO, J. F.. Xingu, barragem e nações indígenas. In: A. Osvaldo Sevá Filho. (Org.). **Tenotã-Mõ**. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005, p. 74-90.

RIMA. Relatório de Impacto Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. 2009.100p. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/RIMA/>. Acesso em: 10 out. 2011.

RIMA. Relatório de Impacto Ambiental. Projeto Volta Grande. 2012.68p. Disponível em: <http://www.sema.pa.gov.br/download/2BSML001-1-EA-RIM-0002_RIMA_REVISADO.pdf/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SANTOS, S. C. ; NACKE, Aneliese. A Eletronorte e Os Projetos Hidrelétricos. In: HEBETTE, Jean. (Org.). **O cerco está se fechando**. O impacto do grande capital na Amazônia. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/FASE/NAEA/UFPA, 1991, p. 46-51.

SEVÁ FILHO, A. O. Povos indígenas, as cidades e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). **Tenotã Mõ**. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 01 ed. Campinas, SP: International Rivers Network, 2005, v. 01, p. 29-54.

SILVA, R.G.S.; P. Efeitos e processos de (des)territorialização na implantação da UHE de Aimorés (MG). **Caminhos de Geografia (UFU)**. Uberlândia, v. 13, n. 42, p. 104–115, jun. 2012.

SWITKES, G.; SEVÁ FILHO, A. O. Tenotã-Mõ Resumo executivo. In: SEVA FILHO, A. O., (org); SWITKES, G. (editor). (Org.). **Tenotã Mõ**. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 01 ed. São Paulo: International Rivers Network, 2005, v. 01, p. 13-26.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2010. 484 p.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul.-dez. 2007.

Recebido para publicação em 13 de janeiro de 2016.

Devolvido para a revisão em 25 de janeiro de 2017.

Aceito para a publicação em 12 de março de 2017.